-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Tendo como fundamento a jurisprudência do STF e do STJ, julgue os itens a seguir, relativos ao direto administrativo.

51 No que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da administração pública federal, admite-se a aplicação subsidiária da Lei n.º 9.784/1999 aos estados e municípios, na ausência de norma local específica que regule a matéria.

52 É constitucional, desde que interpretado conforme a Constituição Federal, dispositivo que afasta a configuração de improbidade administrativa em razão de divergência interpretativa da lei, fundada em orientação jurisprudencial qualificada, salvo em caso de dolo ou erro grosseiro.

53 A competência atribuída aos tribunais de contas para o julgamento das contas dos ordenadores de despesas, incluindo-se prefeitos, possui natureza técnica e depende do controle político desempenhado pelas casas legislativas.

54 A ausência de emissão, pelo tribunal de contas estadual, de parecer prévio no prazo estabelecido pela Constituição Federal obsta que o Poder Legislativo proceda ao julgamento das contas do chefe do Poder Executivo local.

55 A concessão de aposentadoria a servidor público possui natureza de ato administrativo composto.

56 Os servidores temporários não têm direito ao décimo terceiro salário nem às férias remuneradas acrescidas de um terço, exceto quando houver previsão legal ou contratual expressa que assegure essas vantagens ou quando ficar comprovado o desvirtuamento da contratação temporária pela administração pública, mediante sucessivas e reiteradas renovações ou prorrogações do vínculo.

57 É permitida a delegação, mediante lei, do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado que integrem a administração pública indireta, sendo condição suficiente para tanto a existência de capital social majoritariamente público.

58 A ocupação irregular de bem público caracteriza mera detenção, de caráter precário, não conferindo ao ocupante direito de retenção, embora lhe seja assegurada indenização pelas benfeitorias realizadas no imóvel, excetuando-se o caso de ocupação de terras indígenas.

59 Viola o princípio da livre concorrência lei municipal que proíbe a instalação, em determinada área, de estabelecimentos comerciais pertencentes ao mesmo ramo de atividade.

60 Nos casos de desapropriação, o depósito judicial do montante apurado exclusivamente pelo corpo técnico do ente público não autoriza a imissão provisória na posse quando esse valor for inferior tanto ao fixado pelo perito judicial quanto ao cadastral do imóvel.

Julgue os itens a seguir, com base na doutrina de direito administrativo e na legislação federal pertinente.

61 Conforme o disposto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a aquisição ou a locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha integra uma das hipóteses de inexigibilidade de licitação.

62 Anulação é o ato administrativo discricionário por meio do qual a administração extingue, por razões de oportunidade e conveniência, um ato válido.

63 A Lei de Licitações e Contratos Administrativos permite a criação de outras modalidades de licitação além das previstas, bem como a combinação das modalidades existentes.

64 De acordo com a Lei de Concessões e Permissões da Prestação de Serviços Públicos, considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

Considerando a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir a respeito dos direitos e garantias fundamentais.

65 Atendidos os requisitos legais, é possível à administração tributária acessar dados bancários de contribuintes, independentemente de autorização judicial.

66 Em que pese a garantia do direito à propriedade, em caso de iminente perigo público a autoridade competente pode usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

67 É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o gozo de férias anuais remuneradas com, no máximo, um terço a mais do que o salário normal.

68 A nacionalidade brasileira originária é condição de elegibilidade para qualquer cargo eletivo.

Considerando a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens que se seguem acerca da organização político-administrativa do Estado e da administração pública.

69 Os municípios têm competência para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

70 O Distrito Federal acumula as competências legislativas e administrativas reservadas aos estados e aos municípios, vedada sua divisão em municípios.

71 Os subsídios de prefeito, de vice-prefeito e de secretários municipais devem ser fixados por lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo municipal.

72 Nos limites da circunscrição do município, garante-se a inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos, ainda que proferidos em situação sem pertinência com o mandato.

73 Compete aos municípios legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios, em razão do preponderante interesse local envolvido.

Considerando a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens seguintes, relativos a comissões parlamentares de inquérito.

74 As comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo determinar a realização de busca e apreensão domiciliar sem mandado judicial.

75 As constituições estaduais e as leis orgânicas dos municípios não podem submeter o requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito à aprovação do plenário da casa legislativa.

76 Ainda que cumpridos os requisitos de instalação, pode o presidente da casa legislativa, mediante juízo de conveniência e oportunidade, indeferir a instalação de comissão parlamentar de inquérito.

A propósito do processo legislativo na Constituição Federal de 1988, julgue os próximos itens, tendo em vista o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

77 A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores têm início na Câmara dos Deputados.

78 A sanção, pelo Poder Executivo, supre eventual vício de iniciativa de projeto de lei que lhe compete.

Considerando os conceitos, as técnicas e os princípios aplicáveis ao orçamento público, inclusive sua utilização como instrumento de planejamento, gestão e controle da atuação governamental, julgue os itens a seguir.

79 Em razão do princípio da anualidade, é vedado à lei orçamentária anual conter qualquer previsão de despesa referente a exercícios posteriores ao de sua vigência.

80 Ao examinar a proposta de lei orçamentária anual do município, o consultor legislativo deverá considerar que o orçamento público se limita à previsão das receitas e à fixação das despesas, razão pela qual a evidenciação do programa de trabalho governamental não integra a concepção do orçamento anual, sendo matéria própria dos instrumentos de planejamento.

81 Enquanto o orçamento tradicional enfatiza os objetos de gasto e o controle dos meios colocados à disposição das unidades administrativas, o orçamento-programa relaciona a alocação dos recursos a objetivos, programas e realizações governamentais, incorporando a articulação entre planejamento e orçamento.

Acerca do orçamento público no Brasil, julgue os itens subsequentes.

82 Por se destinar exclusivamente ao reforço de dotação orçamentária já aprovada na LOA, a abertura de crédito suplementar, diferentemente da abertura de crédito especial, independe de demonstração de existência de recursos disponíveis para o atendimento da despesa.

83 Na classificação funcional da despesa, função e subfunção constituem classificadores independentes dos programas, de aplicação comum e obrigatória à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, o que possibilita a consolidação nacional dos gastos públicos por área de atuação governamental.

84 No processo legislativo orçamentário federal, a emenda ao projeto de lei orçamentária anual destinada exclusivamente à correção de erro ou omissão está dispensada do requisito de compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

85 A inclusão de programas de duração continuada no plano plurianual (PPA) somente é constitucionalmente exigida quando esses programas envolverem despesas de capital, uma vez que o PPA se destina, primordialmente, à programação dos investimentos públicos.

Acerca da programação e da execução orçamentária e financeira no âmbito federal, julgue os próximos itens.

86 Após a publicação dos orçamentos, a programação financeira cumpre a função de compatibilizar, ao longo do exercício, o ritmo de realização das despesas com o comportamento das receitas e com os objetivos fiscais, não se confundindo, portanto, com a simples distribuição das dotações constantes da LOA.

87 A descentralização externa de crédito não transfere para o órgão executor a titularidade da dotação constante da classificação institucional da LOA; além disso, quando a descentralização financeira acompanha um destaque orçamentário, a movimentação dos recursos financeiros ocorre, em regra, por meio de repasse, e não de sub-repasse.

Acerca da receita pública, de suas classificações, estágios, fontes e dívida ativa, julgue os itens que se seguem.

88 A inscrição de determinado crédito em dívida ativa rompe a vinculação eventualmente incidente sobre a receita originária, de modo que os valores posteriormente arrecadados a título de principal, atualização monetária, juros ou multas passam a constituir recursos de livre destinação.

89 Os valores recebidos pelo ente público a título de amortização de empréstimos anteriormente concedidos classificam-se como receita corrente patrimonial, por representarem retorno de recursos integrantes do patrimônio público.

90 Um crédito tributário regularmente lançado em determinado exercício, mas arrecadado apenas no exercício seguinte, será reconhecido como receita orçamentária neste último exercício, embora, sob o enfoque patrimonial, o reconhecimento do direito a receber possa ocorrer anteriormente à arrecadação.

Acerca da despesa pública, julgue os itens que a seguir.

91 Uma despesa legalmente empenhada em determinado exercício e validamente inscrita em restos a pagar continua pertencendo, sob o enfoque orçamentário, ao exercício em que ocorreu o empenho, ainda que sua liquidação ou seu pagamento somente se complete no exercício subsequente.

92 Para fins de classificação econômica da despesa, a aquisição de imóvel necessário à realização de uma obra pública pode ser classificada como investimento, enquanto a aquisição de imóvel já em utilização, sem vinculação dessa natureza com a execução de obra, enquadra-se entre as inversões financeiras.

No que se refere ao tratamento contábil da receita e da despesa pública sob o enfoque patrimonial, bem como às variações patrimoniais, julgue os itens a seguir, à luz do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

93 O reconhecimento de obrigação decorrente de condenação judicial transitada em julgado, sofrida pela câmara municipal para indenizar um fornecedor, acarreta o registro de uma variação patrimonial diminutiva (VPD).

94 A aquisição à vista de equipamentos de informática para uso da câmara municipal enseja o reconhecimento de uma variação patrimonial aumentativa (VPA), visto que os novos bens serão incorporados ao patrimônio da entidade.

Julgue os itens subsequentes, relativos à mensuração de ativos e aos respectivos ajustes patrimoniais no setor público.

95 Um item do ativo imobilizado continua tendo seus custos reconhecidos no valor contábil do bem, mesmo após já estar no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração.

96 O reconhecimento inicial de um ativo intangível no setor público pode ocorrer, entre outras formas, por meio de aquisição mediante transação sem contraprestação.

97 No caso de item do ativo imobilizado que venha a ser reavaliado, a respectiva depreciação acumulada deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo.

No que se refere ao tratamento contábil de provisões e passivos contingentes, julgue os próximos itens, de acordo com o MCASP.

98 O reconhecimento de uma provisão no setor público exige, cumulativamente, a existência de obrigação presente, a probabilidade de saída de recursos e a possibilidade de se fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

99 Caso a saída de recursos seja considerada uma possibilidade remota, o passivo contingente deve ser apenas divulgado em notas explicativas.

No que concerne ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e às suas respectivas naturezas da informação contábil, julgue os seguintes itens.

100 A incorporação de créditos adicionais suplementares ou especiais ao orçamento da câmara municipal altera os saldos das contas de natureza de informação orçamentária (classes 5 e 6), o que resulta na expansão do limite de autorização legislativa para a realização de despesas.

101 Os atos potenciais, a exemplo dos contratos de prestação de serviços continuados firmados por uma câmara municipal, devem ser registrados em contas de natureza patrimonial do PCASP, afetando diretamente o resultado patrimonial do período da assinatura.

No que diz respeito à estrutura e ao fechamento das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

102 A aquisição à vista de um veículo para uso da presidência da câmara municipal, paga com recursos financeiros, impactará diretamente os fluxos de caixa das atividades de investimento na demonstração dos fluxos de caixa (DFC).

103 O reconhecimento da depreciação anual dos computadores da câmara municipal deve ser registrado no balanço financeiro, visto que reflete a perda de valor do dinheiro investido.

104 O orçamento aprovado na lei orçamentária anual (LOA) destinado à manutenção da câmara municipal é registrado diretamente no ativo do balanço patrimonial como um direito a receber.

Com base nas disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e em suas aplicações práticas no âmbito municipal, julgue os itens a seguir.

105 O relatório resumido da execução orçamentária (RREO), instrumento essencial de controle e transparência fiscal, deve ser emitido mensalmente pela câmara municipal e publicado até trinta dias após o encerramento de cada mês.

106 Caso a despesa total com pessoal do Poder Legislativo municipal ultrapasse o limite prudencial estabelecido na LRF, o presidente da câmara fica expressamente proibido de, entre outras condutas, prover cargos em comissão ou funções de confiança.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), com a doutrina majoritária e com o entendimento do STF, julgue os itens a seguir, relativos à mesa do Congresso Nacional, às comissões parlamentares e ao mandato parlamentar.

107 Os parlamentares são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos e atos.

108 A mesa do Congresso Nacional é presidida pelo presidente do Senado Federal, e os demais cargos são exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

109 A realização de audiências públicas com entidades da sociedade civil cabe às comissões parlamentares, não tendo elas, no entanto, a prerrogativa de convocar ministro de Estado para prestar informações sobre assuntos relativos a suas atribuições.

110 As comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, devendo suas conclusões, se for o caso, ser encaminhadas à Polícia Federal, para que promova a responsabilidade criminal dos infratores.

A respeito de processo legislativo, julgue os itens a seguir, de acordo com a CF.

111 Se o presidente da República considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo total ou parcialmente, só podendo tal veto ser rejeitado pelo voto da maioria simples dos deputados e senadores.

112 A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis devem ser disciplinadas por lei ordinária.

113 São de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração pública direta e autárquica ou sobre o aumento de sua remuneração.

114 A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico de município poderá ser exercida através da manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.

115 Não cabe emenda parlamentar nas hipóteses de lei de iniciativa exclusiva do presidente da República.

116 A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

117 As medidas provisórias perderão a eficácia se não forem convertidas em lei no prazo constitucional, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por meio de decreto legislativo, as relações jurídicas dela decorrentes.

Com base na Lei Complementar federal n.º 95/1998 e nos princípios da técnica legislativa, julgue os itens que se seguem.

118 Toda lei deve ser estruturada em três partes básicas: a parte preliminar, que compreende a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas; a parte normativa, que traz o conteúdo substantivo das normas sobre a matéria regulada; e a parte final, que traz disposições transitórias, se for o caso, bem como a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.

119 As disposições normativas devem ser redigidas com ordem lógica, observada, para esse propósito, a regra de restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio e de expressar, por meio dos parágrafos, os aspectos complementares à norma enunciada no *caput* do artigo e as exceções à regra por este estabelecida.

120 Na redação legal, devem-se utilizar frases curtas e concisas e evitar a repetição de palavras, recorrendo-se a sinônimos sempre que possível.

Espaço livre